

--- ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2007. -----

--- LOCAL DA REUNIÃO – Sala de Sessões da Câmara Municipal de Azambuja.-----

--- A reunião teve início às quinze horas e dez minutos e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente Joaquim António Ramos e os Srs. Vereadores Luís Manuel Abreu de Sousa, José Manuel Isidoro Pratas e Marco António Martins Leal Pereira, pelo Grupo do PSD, os Srs. Vereadores António José Mateus de Matos e Ana Maria Correia Ferreira e, pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador António José da Fonseca Nobre. -----

--- Secretariou a reunião a Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

--- ANÚNCIOS DO PRESIDENTE E VEREADORES-----

--- Não havendo informações a prestar, o Sr. Presidente passou, de imediato, ao ponto seguinte do período “Antes da Ordem do Dia”. -----

--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO -----

--- Interveio o Sr. Francisco Morgado solicitando a resolução do problema na entrada de Alcoentre, uma vez que com a chuva a situação tende a agravar-se ainda mais.-----

--- O Sr. Presidente respondeu que já foi feito levantamento da situação, que será contemplada no Orçamento para 2008.-----

--- APROVAÇÃO DE ACTAS-----

--- Não houve.-----

ORDEM DO DIA

Ponto 1 – Plano de Actividades e Orçamento para o Ano 2008 e Plano Plurianual de Investimento 2008/ 2011 – Proposta nº 97 / P / 2007-----

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve: -----

--- *“Considerando as competências da Câmara Municipal no âmbito da elaboração dos documentos previsionais, conforme a alínea c), do nº 2, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, revista e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.* -----

--- *Proponho que a Câmara delibere:* -----

--- *1. aprovar a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2008 e o Plano Plurianual de Investimentos (2008/ 2011);*-----

--- *2. que os documentos sejam remetidos à Assembleia Municipal, nos termos da alínea b), do nº 2, do art. 53º, da legislação acima referida.”*-----

--- O Sr. Presidente esclareceu que de acordo com as estimativas a receita definida atingirá o montante de 20.118.535€, dividindo-se em 73,3% de receita corrente e 26,7% de receita de capital. Continuam como receitas principais da Câmara o IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, as operações urbanísticas (loteamentos e licenciamentos), o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis e as transferências do orçamento geral do Estado. -----

--- A despesa atingirá o mesmo montante da receita, por uma questão de equilíbrio orçamental. A despesa divide-se em 61,2% de despesa corrente e 38,8% de despesa de capital.-----

--- Em termos de PAM e PPI os objectivos com maior dotação percentual em despesas totais são: ambiente e saneamento (38,5%), urbanismo e habitação (17,9%), cultura, desporto e turismo (13,9%) e modernização e reorganização dos serviços (7,4%).-----

--- (Pág. 6) Haverá uma estratégia muito bem definida ao nível da linha de actuação em termos de: -----

--- a) Plano Estratégico para o Município e do Ordenamento do Território, apesar das grandes decisões serem externas ao próprio Município. O ano 2008 será decisivo na perspectiva de

haverem três factores determinantes para o concelho: a localização do novo aeroporto de Lisboa (decisão a ser anunciada em Janeiro), a entrada em vigor do PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (permitirá avançar para o plano estratégico adjudicado ao gabinete do Dr. Prof. Augusto Mateus e concluir o processo de revisão do PDM e de aprovação de Planos de Pormenor) e a alteração ao Regime e Legislação sobre o Ordenamento e Gestão do Território (que atribuirá mais responsabilidades e margem de decisão aos Municípios de modo a haver maior celeridade dos processos);-----

--- b) candidaturas ao QREN, também haverá apoio do gabinete do Dr. Prof. Augusto Mateus pois serão publicados vários regulamentos, nomeadamente regulamentos sobre Ambiente, Modernização Administrativa e Qualificação Urbana. A saída da Área Metropolitana de Lisboa para integrar a CULT, permitiu a integração na NUT II do Alentejo, sediada em Évora, o que permite ser o primeiro Município da mancha urbana do distrito de Lisboa a ter acesso a fundos comunitários (quer a nível da Câmara, quer a nível das empresas sediadas no concelho);-----

--- c) promoção do concelho, haverá uma intensificação das actuações de 3ª geração ao nível da actividade municipal, interferindo no tecido económico, promovendo o concelho e captando investimentos;-----

--- d) intensificação das parcerias público/ privadas, através da EMIA existem uma série de obras a serem desenvolvidas e existe a intenção de executar um estacionamento na vila de Azambuja e a urbanização do miolo de Aveiras de Cima, com prioridade para o espaço público e acessibilidades; através de uma estratégia de parceria com promotores privados, com as IPSS e colectividades (construção e/ ou gestão de infra-estruturas de cariz social, desportivo ou cultural); através da constituição da Sociedade Intermunicipal de Reabilitação Urbana (recuperação do espaço público e edificado público ou privado em áreas críticas do concelho) e através da adjudicação da concessão da gestão dos serviços de água e de águas residuais em baixa. -----

--- Constam do Plano de Actividades Municipais os objectivos da Câmara Municipal de Azambuja em todas as suas áreas de intervenção. -----

--- Interveio a Sra. Vereadora Ana Ferreira questionando se a integração do Município na NUT II do Alentejo ficou a dever-se a uma redefinição dos limites por parte do Governo.-----

--- O Sr. Presidente respondeu que ao nível do Governo foi decidido que a Lezíria do Tejo integraria a NUT II do Alentejo. A decisão de deixar a Área Metropolitana de Lisboa e integrar a CULT foi tomada pela Câmara.-----

--- Relativamente ao documento a Sra. Vereadora Ana Ferreira solicitou mais informação acerca dos seguintes pontos: “Campanha de promoção do concelho” (pág. 7); “Intervenções diversas”, elaboração de projecto de acessibilidades para deficientes motores aos edifícios municipais (pág. 14); “Centro Cultural Grandella” e “Roteiros de tradições do concelho” (pág. 20).-----

--- Interveio o Sr. Vereador António Nobre lendo uma notícia acerca da Opel de Azambuja: “Opel ex-trabalhadores procuram emprego. Um ano depois do fecho da fábrica da General Motors da Azambuja mais de metade dos 1.100 trabalhadores que ficaram no desemprego a partir de 21 de Dezembro de 2006 continua à procura de trabalho. O Instituto de Emprego e Formação Profissional informou a agência Lusa que se encontram a receber o subsídio de desemprego 680 desempregados da antiga fábrica da Opel (...)”, baseando-se nesta notícia esperava que a Câmara aponta-se soluções para combate a este problema. Acrescentou que do ponto de vista da CDU este não é o melhor caminho para o município.-----

--- Relativamente ao aumento de parcerias público/ privadas desmistificou como captura de receitas públicas para interesses privados.-----

- Considera que a concessão da gestão das águas irão resultar em graves prejuízos para os municípios.-----
- Houve um forte incremento das receitas fiscais com o qual não concorda e por isso apresentou uma proposta que visava a redução das taxas de IMI, agora a proposta de orçamento para 2008 apresenta um novo aumento. Referiu ainda que se prevê também um acréscimo nas receitas fiscais, relativamente ao IMT.-----
- Sobre as propostas concretas que a CDU apresentou para o Orçamento 2008, afirmou que, depois de analisar a forma como foram inseridas no orçamento, ficou com a ideia da medida em que foram acolhidas.-----
- Tem imensas dúvidas sobre algumas das políticas a aplicar nomeadamente ao nível das competências na área do urbanismo. Ao nível do desenvolvimento económico denota uma completa falta de ideias.-----
- A saída da AML para a CULT foi uma decisão pragmática uma vez que não foram pesadas as reais vantagens de cada uma, pois a localização do novo aeroporto terá um peso enorme na opção mais vantajosa para o município.-----
- A Sociedade Intermunicipal de Reabilitação Urbana tem um regime jurídico muito específico, que no limite permite aplicar a venda forçada de bens e por isso considera que não será a melhor solução para a resolução dos problemas nas “áreas críticas”.-----
- Não viu no Orçamento para 2008 a resolução dos problemas com a AdO e com a Resioeste, pois não existe nenhum plano de pagamentos, nem sequer uma apreciação. Chama no entanto a atenção para os prazos fixados pela Lei das Finanças Locais.-----
- Considera que continua a verificar-se falta de transparência nas contas, pois as contas da EMIA não são reflectidas no orçamento da Câmara através de documentos previsionais. Este orçamento não traduz a realidade financeira do Município e por isso não merece o acolhimento do Grupo da CDU.-----
- O Sr. Presidente respondeu que rejeita o atestado de menoridade pois considera que o poder local devidamente responsabilizado e apetrechado, tem melhores condições para uma gestão eficiente do território, que o poder central.-----
- Sobre a notícia da Opel de Azambuja informou que dos 1.100 trabalhadores referidos apenas 300 são municipais do concelho de Azambuja, se 680 estão a receber subsídio de desemprego, cerca de 40% já se encontram a trabalhar. A este ritmo espera que quando terminar o subsídio (+/- 3 anos) a maioria dos trabalhadores tenha encontrado emprego. A política da Câmara presente no orçamento visa a atracção de investimento para que também este problema seja resolvido.-----
- Acrescentou que as parcerias com privados serão “captura de receitas públicas para interesses privados” mas também “captura de receitas privadas para fins públicos”. São um conjunto de exigências a promotores privados, tanto no âmbito da Câmara como da EMIA.-----
- O Município de Azambuja é dos concelhos do país com taxa de IMI mais baixa (0,65% e 0,40%). O IMT é calculado com base na média dos últimos 24 meses.-----
- As novas atribuições das Câmaras Municipais no âmbito da acção social estão a ser discutidas na ANMP mas para além disso existem no documento algumas iniciativas que visam colaborar com as IPSS, com a rede social escolar, com os centros de dia e com a rede de apoio a carenciados e deficientes.-----
- Sobre o pagamento à AdO estão previstas no orçamento, tanto que a disponibilidade a curto prazo atinge 4.3 milhões de euros.-----

- No último capítulo do PPI, "Relações com outras entidades", "EMIA", 125.000€ para aquisição das quotas dos sócios privados e 365.520€ para transferências compensatórias de obras aprovadas pelo executivo. -----
- A promoção do concelho é um projecto a avançar em 2008 com o objectivo de atrair investimentos para o concelho. Informou que a generalidade dos agentes económicos instalados no concelho, entrevistados no âmbito deste projecto mostraram total indiferença para com a localização do novo aeroporto e apontaram a falta de mão-de-obra como principal problema do concelho.-----
- A "elaboração de projecto de acessibilidades para deficientes motores aos edifícios municipais", existem edifícios onde já é possível o acesso de deficientes (ex: biblioteca, centro de dia de Alcoentre, escola Grandella, Páteo Valverde, UAP) e prevê-se algumas intervenções nos edifícios mais antigos.-----
- A escola Grandella é uma acção prioritária para 2008, a empreitada de construção civil está concluída, estando em execução os espaços exteriores e está em consulta o mobiliário. Espera que no 1º semestre de 2008 a escola abra as suas portas ao público. -----
- O roteiro de tradições do concelho seria transpor para a memória escrita um apanhado de tradições de todas as freguesias do concelho num documento único.-----
- Interveio o Sr. Vereador António Nobre afirmando que todas as críticas ao documento foram perfeitamente fundamentadas, não podendo ser desacreditado pelo Sr. Presidente, pois reflecte a opinião de um Vereador que estudou e apreciou o documento.-----
- Sobre a proposta a CDU ao documento, referiu que esta contribuição reflecte dois grandes problemas, um dos quais foi promessa pública do PS aquando da campanha eleitoral. Apresentou estas propostas pelo simples facto da Câmara nunca ter verdadeiramente apontado algum tipo de resolução. -----
- Questionou qual a percentagem de capital privado aplicado nos projectos desenvolvidos dentro da EMIA, pois não conhece nenhum que reflecta as vantagens apontadas pelo Sr. Presidente.-----
- A notícia sobre a Opel é bastante elucidativa pois existem imensos ex-trabalhadores no desemprego com os quais a Câmara se deve preocupar. -----
- O Sr. Presidente respondeu que os sócios da EMIA entraram com 62.500€ cada no capital social da empresa mas a parceria não se traduz apenas em dinheiro, traduz-se também na celeridade de actuação, no conhecimento técnico, etc.-----
- Interveio o Sr. Vereador António José Matos afirmando que a falta de conhecimento das contas e actuação da Câmara condicionaram muito qualquer proposta que o PSD pudesse apresentar, tanto que não vê contemplado no orçamento propostas apresentadas pelo PSD, aprovadas em sessão de Câmara. -----
- Sobre a dívida à AdO (cerca de 2 milhões de euros) estranha não estar reflectida no orçamento o pagamento da dívida e a concessão que a Câmara pretende fazer. Prevê-se a compra de 700 mil euros à AdO e a venda de 1.488 mil euros de água, sendo o lucro mais de metade, por isso podia ser direccionado para o pagamento da dívida. Se a dívida da Câmara não for paga até final de 2008, pretende saber qual a solução apontada pela Câmara.-----
- Quanto à Resioeste há uma verba de 2 milhões de euros, que poderá ser utilizado para dissolver a dívida da Câmara.-----
- Relativamente à promoção do Município adivinha uma promoção à pessoa do Sr. Presidente da Câmara, preparando a sua recandidatura, pois a empresa é a mesma.-----
- Considera o desenvolvimento económico importantíssimo mas não há nada que o município tenha feito no sentido de atrair empresas e investimentos. No seu entender existe falta de mão-

de-obra no sentido que, o tipo de empresas instaladas (maioritariamente logística), oferecem ordenados baixos, horários complicados (turnos), contratos semestrais ou anuais (que não oferecem garantias de futuro), etc. -----

--- Afirmou estar muito céptico relativamente à intervenção no miolo de Aveiras de Cima, pois considera que nenhum promotor irá pegar nesta empreitada. Como membro do Conselho Geral da EMIA, afirmou ter total desconhecimento da pretensão da Câmara em adquirir a totalidade das quotas, pretendendo mais esclarecimentos sobre este assunto.-----

--- Sobre a educação, para além da nova escola de Azambuja e reabilitação/ ampliação da escola de Alcoentre, não vê mais nenhum melhoramento nas escolas do concelho. Não concorda com a redução de 1% nesta rubrica. -----

--- Questionou se as empresas têm conhecimento das regalias (fundos comunitários) que podem usufruir por se instalarem num município inserido na NUT II do Alentejo. -----

--- Solicitou mais informação acerca da “especialização e diversificação das zonas logístico-industriais Vila Nova da Rainha/ Azambuja, Aveiras de Cima/ Alcoentre e Guarita/ Casais da Lagoa”, uma vez que os terrenos não são propriedade da Câmara e todos os projectos desde que, de acordo com a Lei terão que ser licenciados independentemente do ramo de actividade.--

--- No seu entender aquando do encerramento da Opel a Câmara devia ter exigido contrapartidas ao Governo, tais como terrenos para a instalação de empresas. -----

--- O Sr. Presidente referiu que a intervenção do Sr. Vereador contradiz-se, pois tal como acusa a Câmara de não fazer nada, considera desnecessárias e diminutas as intenções da Câmara. ---

--- No orçamento da Câmara existem verbas definidas e verbas a definir, estas passarão a definidas conforme a distribuição do saldo e de outras receitas que entrem até Abril. As percentagens referidas são relativas à verba definida, faltando a verba a definir. Não se baixaram valores, tem que se considerar a globalidade da verba, o que acontece também com a AdO e com a Resioeste.-----

--- A falta de mão-de-obra não se justifica pelas razões apontadas pelo Sr. Vereador, uma vez que fora do concelho existe essa mão-de-obra. -----

--- A mudança de atitude relativamente à EMIA deve-se ao facto da Câmara pretender envolver a empresa em operações que implicam a aquisição de património a privados e gestão de espaços propriedade da Câmara, que nunca poderão beneficiar terceiros. -----

--- No PPI, rubrica 05.02.02.12, Aveiras de Cima, 426.735€, saneamento básico, visa solucionar o problema existente na rua Almeida Grandella. -----

--- Interveio o Sr. Vereador António José Matos solicitando esclarecimentos acerca da compra de terrenos no miolo de Aveiras de Cima por parte da EMIA. -----

--- O Sr. Presidente esclareceu que a compra de quota dos sócios da EMIA, decorre da operação dos estacionamento de Azambuja, pois a Câmara pretende transferir património para a empresa (estacionamento sul) e esta transferência iria beneficiar os actuais sócios privados da EMIA e nessa perspectiva há que adquirir as quotas.-----

--- Relativamente a Aveiras de Cima, perspectiva fazer um concurso público para constituição de uma sociedade anónima, em que a EMIA participe para fazer esta operação de compra de terrenos a privados. Acrescentou que toda esta situação está a ser pensada, não há nada de concreto. -----

--- Uma vez posta a votação foram a Proposta n.º 97 / P / 2007, o Plano de Actividades e Orçamento para o Ano 2008 e Plano Plurianual de Investimento 2008/ 2011 aprovados por maioria, com quatro votos a favor (Grupos do PS) e três votos contra (Grupo do PSD e da CDU).

--- O Grupo do PSD apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve:-----

--- "Pela primeira vez neste mandato, o presidente da Câmara decidiu-se a cumprir a legislação em vigor e a solicitar aos partidos da oposição eventuais contribuições para o Plano de Actividades. -----

--- Não sendo conhecedor da receita prevista e da totalidade das obrigações já assumidas pela Câmara para o próximo ano, valores estes que necessariamente condicionam qualquer proposta a elaborar de forma séria e coerente, apenas pode o PSD traduzir a sua colaboração na forma de recomendações, sem prejuízo de, como o tem feito nos outros anos, se reservar o direito de vir a apresentar posteriormente propostas que venham a satisfazer necessidades concretas e imperiosas da população do nosso Concelho. -----

--- Dito isto e mantendo a coerência do que temos vindo a propor, coerência esta alicerçada nas nossas convicções e ainda cientes de que as restrições orçamentais não permitirão fazer num único exercício económico tudo o que o Concelho necessita, basta-nos deixar as seguintes recomendações que traduzem o que consideramos absolutamente prioritário:-----

--- 1. Desenvolvimento económico do Concelho-----

--- A Câmara deverá considerar o desenvolvimento económico do Concelho como um objectivo prioritário e diligenciar no sentido da criação de uma zona industrial devidamente infra-estruturada e a preços convidativos, de modo a captar investimento gerador de valor acrescentado e oferta de emprego qualificado. Lembramos que, a este respeito, já foi aprovada por unanimidade uma proposta do PSD. -----

--- Num Concelho situado tão perto de Lisboa e dotado de boas acessibilidades, o investimento público teria um rápido retorno, tanto em termos de receitas fiscais como na criação de riqueza às famílias. -----

--- Ditam os mais básicos princípios da economia que quando não existem receitas suficientes as que existem terão de ser aplicadas de modo a serem rentabilizadas.-----

--- 2. Educação -----

--- Achamos igualmente fundamental apostar na educação como meio de garantir igualdade de oportunidades, qualificação de recursos humanos e devido retorno na produtividade das empresas e criação de riqueza; -----

--- A Câmara deverá diligenciar no sentido de acautelar que o parque educacional seja sempre o adequado em todas as alturas, assumindo um comportamento pró-activo a este respeito.-----

--- Lembramos que no Concelho ainda existem escolas sem as condições adequadas e alunos em instalações precárias, situação que, pela actuação que tem sido seguida pela actual gestão do PS, tem tendência a agravar-se. -----

--- 3. Formação de recursos humanos -----

--- A Câmara deverá apostar numa contínua e específica formação dos seus recursos humanos, dotando-os das capacidades necessária para poderem responder cabalmente às necessidades dos utentes e da própria Câmara e conseqüentemente encetar uma política de responsabilização de desempenho. Deve também ser promovida uma cultura de colaboração, esclarecimento e ajuda perante o público que é servido, por oposição a uma atitude de distanciamento, frieza e, por vezes, não colaborante. -----

--- 4. Apoio aos idosos-----

--- As comunidades também se avaliam pela forma como tratam os seus idosos. Num momento em que a política fiscal do governo central cada vez mais penaliza os mais velhos, deverá a Câmara dentro do seu âmbito de competências procurar beneficiar os mais idosos revendo a sua política de tarifas, taxas e licenças para esta faixa etária, nomeada e principalmente adoptando uma nova política de tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos que se reflecta num efectivo desagravamento do valor de factura actualmente pago. -----

--- 5. *Descentralização de competências*-----
--- A Câmara deverá exigir do Governo a transferência atempada de fundos correspondentes às competências descentralizadas e manter a este respeito sempre uma posição muito firme. -----

--- 6. *PIDDAC* -----
--- A Câmara de Azambuja tem de adoptar uma firme posição reivindicativa junto de um Governo que teima em ignorar o nosso Concelho.-----
--- O Governo não só tem vindo a proceder ao encerramento de infra-estruturas como tudo indica que será reincidente nesta política, com o que isso implica de perda da qualidade de vida das populações e de factores competitivos do Município. -----

--- Em 2008, o Governo reduziu praticamente a zero os montantes do PIDDAC para o Concelho de Azambuja, não obstante o nosso parque escolar ser insuficiente, haver falta de instalações para as forças de segurança ou o estado de ruína em que se encontram os nosso monumentos mais significativos.-----

--- 7. *Novo Aeroporto de Lisboa* -----
--- A Câmara deverá adoptar uma posição muito firme perante o governo central em relação à escolha do local do novo aeroporto de Lisboa. -----

--- Atendendo ao facto de o Concelho, há mais duma década, estar condicionado a que esta localização fosse na Ota, a escolha de outra localização por parte do Governo deverá ser acompanhada de um conjunto de medidas de investimento fomentador do desenvolvimento e competitividades do nosso Município.-----

--- Elencados os pontos fundamentais que constituem as principais recomendações do PSD para o exercício económico de 2008, e também para os anos futuros, resta apenas afirmar que o PSD, mantém a sua posição contrária aos gastos em iniciativas que se destinem a delapidar fundos, quando ainda há tanto a fazer ao nível de infra-estruturas básicas, fundamentais para a qualidade de vida da população do Concelho de Azambuja. -----

--- Em conformidade, os vereadores do Partido Social-democrata na Câmara Municipal de Azambuja votaram contra a proposta de Plano de Actividades e Orçamento para 2008 e contra o Plano Plurianual de Investimentos 2008-2011.” -----

Ponto 2 – Quadro de Pessoal do Regime do Contrato Individual de Trabalho e respectivo Regulamento – Proposta Nº 98 / P / 2007 -----

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando que os processos de organização estrutural e funcional das entidades públicas ou privadas, devem ser adaptáveis às necessidades emergentes de novas atribuições, novos métodos de trabalho e alterações legislativas.-----

--- Considerando a necessidade de dar enquadramento ao vastíssimo conjunto de novas funções e competências que têm vindo a ser transferidas para a administração local bem como a clarificação e resolução de situações que correspondem a necessidades permanentes dos serviços.-----

--- Considerando que hoje é consensual a utilização de contrato de trabalho no seio da administração pública, ainda que comportando as especificidades decorrentes por um lado, dos princípios constitucionais que vinculam todos os trabalhadores da administração pública e, por outro, da natureza do empregador – que prossegue o interesse público. -----

--- Considerando que, com a entrada em vigor da Lei 23/2004, de 22 de Junho, as pessoas colectivas públicas passaram a poder celebrar contratos de trabalho por tempo indeterminado, desde que para isso exista o quadro de pessoal do regime privado, constituindo-se assim, um importante instrumento de modernização e flexibilização, desde que utilizado nas condições em

que se possa configurar como um alternativa adequada ao regime da função pública e igualmente apta à prossecução do interesse público.-----

--- Considerando a necessidade de regulamentar o processo de selecção conducente à celebração de contratos de trabalho por tempo indeterminado. -----

--- Proponho:-----

--- 1. A aprovação do Quadro de Pessoal do Regime do Contrato Individual de Trabalho e do respectivo Regulamento (em anexo), nos termos da alínea a) do nº 6 do art. 64º da Lei das Autarquias Locais (LAL). -----

--- 2. Que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea o) do nº 2 do art. 53º da LAL.”-----

--- O Sr. Presidente esclareceu que esta proposta trata a criação de um quadro privativo do Município (quadro de pessoal em regime de contrato individual de trabalho), complementar ao quadro já existente e visa regularizar situações de avenças com necessidade de trabalho continuado desenvolvido pelos trabalhadores. Foi criado o Regulamento do quadro de pessoal sujeito ao regime jurídico do contrato individual de trabalho e procedimentos de selecção. Nesta fase propõe-se a criação de 17 lugares neste quadro de pessoal.-----

--- Interveio o Sr. Vereador António Nobre referindo ser conhecida a tendência para a fuga do direito privado por parte da Administração Pública corporizada por esta legislação, mas que nunca pode ignorar o regime constitucional para a Administração Pública que tem normas a serem aplicadas, em que a regra é o regime estatutário e a excepção o regime contratual, ou seja, as actividades de funções permanentes devem ser executadas por trabalhadores com vínculo de nomeação e tarefas residuais, recorrendo ao regime de contrato individual de trabalho.-----

--- Esta Lei tem, no seu entender, alguns problemas na medida em que vem estabelecer como regra o contrato individual de trabalho. -----

--- Considera que o regulamento entra por competências atribuídas por Lei à Assembleia da República. -----

--- Questionou se as associações sindicais foram ouvidas em todo este processo. -----

--- Acrescentou ainda que as actividades a contratar, enquadram-se nas competências do município como actividades de funções permanentes. -----

--- Não considera acertada a criação deste Quadro na medida em que introduz discriminação entre trabalhadores que desempenham as mesmas funções, pois as regalias serão diferentes.---

--- Interveio o Sr. Vereador António José Matos defendendo que a gestão da Câmara cabe à maioria Socialista e por isso o Grupo do PSD irá abster-se.-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 98 / P / 2007 aprovada por maioria, com quatro votos a favor (Grupo do PS) e duas abstenções (Grupos do PSD) e um voto contra (grupo da CDU).-----

ACTA – APROVAÇÃO POR MINUTA -----

--- A acta da presente reunião foi aprovada por minuta, no final da reunião, nos termos de n.º 3, do art. 18.º, do Regimento da Câmara Municipal de Azambuja, aprovado em 28 de Outubro de 2005.-----

--- **Encerramento**-----

--- Eram dezassete horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião.

--- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos, sob cuja responsabilidade foi elaborada. -----